



Ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO-RPPS

Data e Horário: 17/03 a partir das 14h30 e 18/3/2025 das 9h às 18h

Local: Fundo de Previdência dos servidores Salvador-BA -Fumpress

Pauta: Diretrizes para implantação do Programa de conformidade para os entes com Pró-Gestão e outros assuntos relacionados a sugestões recebidas dos entes

DESENVOLVIMENTO: Daniel Belmiro deu início agradecendo o Daniel Ribeiro pela acolhida e que está sendo muito bom conhecer a estrutura do FUMPRESS que abriga a certificação nível IV do Pró-Gestão, o que nos dará subsídios no sentido de orientar os entes que quiserem alçar esse nível, embora o tempo disponível não seja necessário para que se possa conhecer os detalhes. Daniel Belmiro também destacou todo o trabalho realizado durante o ano de 2024, como a instituição do Nível de Acesso ao Pró-Gestão RPPS e a melhoria do manual no item 3.1.6 que vinha sendo bastante criticado em razão dos altos custos para realização do censo previdenciário. A versão 3.6 do manual já está publicada com sucesso. Com a reformulação da ação o ente terá novas opções para realização do censo em atendimento a ação e ao artigo 47 da Portaria 1467/2022, sem que isso prejudique a avaliação atuarial. Foi também realizada uma live que já teve mais de 1400 visualizações que trouxe as experiências com o Pro-Gestão dos membros da Comissão, todos certificados em algum nível. Prosseguindo foi decidido que o programa de conformidade será intitulado CONFIA RPPS, sendo definidos os

requisitos mínimos necessários aos entes que pretendam se candidatar ao programa. Ficou deliberado que o programa CONFIA RPPS será aplicado da seguinte forma: entes Pequeno Porte; mínimo nível 2; entes Médio e Grande porte: mínimo nível 3; Entes Porte Especial: mínimo nível 4. Termo de compromisso: para uma comunicação aprimorada – resposta rápida – manter atualizado o cadastro de responsáveis no cadprev, com e-mail e celular. O MPS enviará ao aviso de regularização (ARE) para o ente priorizar a autorregularização, dentro dos prazos concedidos pelo MPS, antes de qualquer notificação. Atendimento prioritário nas respostas as consultas enviadas no GESCON. O ente deve também estar em dia nos itens do CRP que envolvem transparência: Atendimento à fiscalização, Atendimento à SRPC, encaminhamento DIPR, DAIR, DPIN, DRAA (Apenas envio) e envio do MSC. Deverá cumprir todos os itens de transparência do Pró-gestão – item 3.2.8 . As certificações constantes do critério requisitos para dirigentes serão verificadas a cada 60 dias. Será proposto a concessão dos seguintes incentivos aos entes selecionados para o programa: CRP com prazo estendido- O CRP poderá ter o prazo estendido para 12 meses, com exceção para o item de Critérios para Dirigentes e Conselheiros. Prioridade na análise das consultas enviadas ao MPS. Prioridade na análise dos requerimentos do Comprev. Prioridade de notificações de auto regularização previamente a instauração de processos de fiscalização. Haverá classificação do RPPS como de baixo risco de irregularidades, para fins de programação de auditorias de fiscalização. Foi proposta a atualização do manual para linguagem mais simples e didática (exemplos e modelos) – Charles ficará responsável pela versão inicial com início em abril 2025 até novembro de 2025. A partir da primeira versão apresentada será feita a distribuição de responsabilidades para que se possa revisar todo o manual, trazendo uma linguagem com melhor entendimento. Ficou deliberado ainda que serão programadas reuniões para nivelamento com as entidades certificadoras acerca das alterações que ocorram no manual. Daniel Belmiro propôs estudo do universo atual de entes certificados. ISP e CRP, por porte e por nível. Marcia falou da importância de ter a ajuda dos membros no atendimento a sala de webconferência que agora é por agendamento, mesmo assim as vezes fica complicado para responder sozinha em razão de viagens a trabalho. Todos os membros se prontificaram em auxiliar. Será agendada a sala aberta da Comissão a ser agenda na primeira segunda-feira de cada mês. Daniel

Belmiro ressaltou que acha importante que seja verificada a política de investimentos no atendimento as ações para os níveis III e IV. Irá passar essa demanda para o Gustavo Neves trazer sugestões para alterações, como sugestão mapear, o processo decisório de investimentos com participação mais ativa do Comitê de Investimentos, assim como restringir que o atendimento das instituições e credenciamento seja feito apenas pelo Comitê de Investimentos. Alçada de decisão Baixo Risco, 100% de limite, S1 e S2. Decisão conjunta: Gestor de Recursos + Dirigente + comitê de investimento. Recomendado, Identificar as aplicações de maior risco + relevância e definir um modelo de governança que previna a aplicação de risco. O Gustavo irá fazer a análise para posterior deliberação sobre a inclusão desses itens na ação que trata da política de investimentos. inclusão de supervisão para os níveis I e II de maneira mais enxuta focando nos principais pontos. Proposta de ser remota para não impactar custos, mas com o propósito de fazer ajustes pontuais para manutenção da certificação/proteção quanto a mudança de gestão (focada nos pontos críticos, tipo verificação das atas para garantir que todas as reuniões estão acontecendo, audiência pública, treinamentos) aprovada sua realização no 2º ano de certificação. Essa opção será inserida em próxima versão do manual. Márcia lembrou que na reunião do Conaprev que irá acontecer nos dias 20 e 21/03 também em salvador haverá eleição para preenchimento da vaga deixada pela Regina de Ribeirão Preto-SP.

ENCAMINHAMENTOS: Charles ficou de passar a primeira versão do manual em linguagem simples até o final de abril. Daniel Belmiro anunciou que no mês seguinte assumirá cargo na superintendência da RFB em Brasília e estará deixando a Comissão.

ENCERRAMENTO:

Não havendo mais pronunciamento, o Coordenador Daniel deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos e especialmente ao Daniel Ribeiro pela acolhida no FUMPRESS.

Em 18 de março de 2025

Márcia Lúcia Paes Caldas

Secretária-Executiva

Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão

Participaram desta reunião: Daniel Belmiro Fontes-MPS Márcia Lúcia Paes Caldas-MPS; Charles Souza Lima-MPS, Daniel Kravetz-PARANAPREVIDENCIA, Marcos Ferreira Silva-TCE-RJ, Daniel Ribeiro Silva-Fumpres-Salvador-BA, Daniela Benayon-Manaus Previdência, Rosana Maria Souza Jaraguá do Sul-SC, Silvana Maria Frigo Apeprev-PR, Jailson Gomes de Araujo-TCM-BA, Silvia Lins FUNAPE-PE, Lea Praxedes-ASPРЕVPB.